



Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular

Élida Tamara Prata de Oliveira **Praça**
Universidade Federal de Juiz de Fora
Brasil

elidatamara@yahoo.com.br

Regina Coeli Moraes **Kopke**
Universidade Federal de Juiz de Fora
Brasil

regina.kopke@ufjf.edu.br

Resumo

O artigo, que se baseia em uma dissertação de mestrado profissional em conclusão, tem por objetivo analisar a inclusão de um aluno autista matriculado em uma escola regular da rede municipal de Juiz de Fora (MG). A pesquisa de campo foi realizada baseada no estudo de caso, através de entrevistas semi-estruturadas com a mãe do autista e três profissionais da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). No espaço escolar, o estudo foi realizado através de dois questionários, um deles aplicado aos colegas do autista e outro aplicado a alguns professores; de conversas informais e observação deste aluno especial. Com esses resultados e de posse de outras pesquisas sobre a inclusão, notou-se que, na maioria dos casos, a inclusão de um aluno especial apresenta pontos positivos e negativos, e para que a inclusão seja válida é necessário que os pontos desfavoráveis sejam irrelevantes se comparados com os favoráveis.

Palavras chave: autismo, ensino regular, educação especial, inclusão, necessidades especiais.

Introdução

O presente artigo é uma breve apresentação do que constituiu uma dissertação de mestrado profissional em educação matemática que se encontra em fase de conclusão e a **justificativa** para tal estudo deve-se à escolha do tema da inclusão pelo fato da pesquisadora, também professora de matemática da educação básica, ainda não ter sido preparada adequadamente para lidar com alunos especiais em suas turmas, seja em classes regulares seja em classes especiais. Em sua graduação não foi ministrada nenhuma disciplina na qual fosse discutida a inclusão de alunos portadores de deficiência e como trabalhar com eles. Na busca de procurar formação e informação a respeito, motivou-se iniciando o mestrado profissional em educação matemática, dedicada a pesquisar o assunto. E a opção por estudar o autismo se deve ao fato da pesquisadora,

como professora de matemática do ensino fundamental, ter em uma de suas salas de aula regulares, de 7º. ano, em escola pública, um aluno diagnosticado autista¹.

Algumas das dificuldades em se admitir a questão da inclusão na educação regular brasileira podem ser pontuadas aqui como **questões mais amplas de estudo**: Como fazer para que a inclusão não seja apenas uma inclusão social, esquecendo-se das potencialidades que podem ser desenvolvidas pelo aluno autista, dentro de seus limites, no ambiente escolar? Como contribuir para que esta inclusão se dê de fato, indo além de uma simples matrícula no ensino regular? Esses e outros questionamentos transformaram-se em motivação para a realização da pesquisa cujo **objetivo** é verificar como se procede a inclusão de alunos com necessidades especiais em classes comuns do ensino regular. A **questão de investigação**, portanto, consiste em analisar alguns casos de inclusão que estão presentes em diversos trabalhos, comparando-os com a situação de inclusão vivenciada pela pesquisadora em sua sala de aula, de forma que seja observado como tem sido praticada a inclusão nas escolas regulares e até que ponto tal modalidade deixa de ter caráter de inclusão ou se torna ‘excludente’, trazendo ou não benefícios para o aluno e sua família que, buscam na escola, apoio para seu desenvolvimento pleno.

Para embasar o estudo contou-se ainda com a contribuição de alguns pesquisadores que, preocupados com o mesmo tema, vêm desenvolvendo estudos pertinentes ao mesmo tema, como Camargo (2007), Giardinetto (2009), Gomes (2007), Lago (2007), Mantoan (2006), Martins (2007), Serra (2004), dentre outros. Como referencial metodológico da pesquisa, baseou-se nos estudos de Bogdan & Biklen (1994) e Flick (2009) que descrevem o tipo de pesquisa escolhido e adotado no estudo.

No que tange aos procedimentos metodológicos, um acompanhamento do aluno autista na sala de aula regular da professora, aqui, pesquisadora, vai se estruturar como um estudo de caso e um conjunto de dados específicos foram coletados em entrevistas com alguns professores da escola, objeto de estudo, bem como a família e os colegas do aluno autista, perfazendo com uma gama de detalhes um cenário de pesquisa qualitativa.

Uma breve reflexão sobre o autismo

A palavra autismo é oriunda da junção de duas palavras gregas: “*autos*” que significa “em si mesmo” e “*ismo*” que significa “voltado para”, ou seja, o termo autismo originalmente significava “voltado para si mesmo” (GOMES, 2007).

As definições mais atuais do autismo são dadas por dois documentos distintos: CID-10² e DSM-IV-TR³, nos quais o autismo é classificado como um Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), ou seja, autismo é um distúrbio do desenvolvimento apresentando perturbações no trio: interação social, comportamento e comunicação. Como exposto, o autismo é tido como uma deficiência que representa uma disfunção global do desenvolvimento e de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

¹ Neste estudo, adiante, o aluno autista, de 15 anos, terá o pseudônimo de Teo.

² CID 10: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com Saúde (conhecida também como Classificação Internacional de Doenças). Foi aprovada em uma Conferência Internacional convocada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), realizada em Genebra no ano de 1989 e que entrou em vigor em janeiro de 1993 e permanece até hoje.

³ DSM IV-TR: Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais que foi atualizado no ano de 2002 e elaborado pelos psiquiatras da Associação de Psiquiatria Norte-americana.

(BRASIL, 2008), “os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo” (p.15).

E embora o autismo seja classificado como um distúrbio de desenvolvimento com alterações nas relações sociais, na comunicação e no comportamento, na maioria dos casos, essa deficiência é também acompanhada por alguma deficiência mental (GOMES, 2007; GAUDERER, 1993; SERRA, 2004; CAMARGO, 2007; MARTINS, 2007). Segundo Gauderer (1993) cerca de 75% dos autistas convivem com algum nível de retardo mental.

Outras características do autismo são descritas por Grandin & Scariano (1999):

O autismo é um distúrbio do desenvolvimento. Uma deficiência nos sistemas que processam a informação sensorial recebida fazendo a criança reagir a alguns estímulos de maneira excessiva, enquanto a outros reage debilmente. Muitas vezes, a criança se “ausenta” do ambiente que a cerca e das pessoas circunstantes a fim de bloquear os estímulos externos que lhe parecem avassaladores. O autismo é uma anomalia da infância que isola a criança de relações interpessoais. Ela deixa de explorar o mundo à sua volta, permanecendo em vez disso em seu universo interior. (GRANDIN & SCARIANO, 1999, p.18)

Assim, a pessoa autista permanece em seu mundo interior como um meio de fugir dos estímulos que a cerca no mundo externo. Outro motivo para o autista permanecer em seu universo interior é o fato de que, em geral, o autista sente dificuldade em se relacionar e em se comunicar com outras pessoas uma vez que ele não usa a fala como um meio de comunicação. Não se comunicando com outras pessoas acaba passando a impressão de que a pessoa autista vive sempre em um mundo próprio, criado por ela e que não se interage fora dele. Na verdade, quando uma criança autista se isola do mundo externo é de acordo com Grandin & Scariano (1999) uma fuga para filtrar os estímulos externos, pois caso contrário, o excesso de muitos estímulos simultâneos causa nos autistas ataques de nervos, gritos e outros comportamentos inadequados.

Segundo as mesmas autoras, as causas para o autismo ainda são desconhecidas apesar de haver vários estudos e pesquisas na busca das mesmas, mas ele é identificado através dos sintomas e características que surgem ao longo do tempo. A maioria das crianças começa a mostrar sintomas de autismo entre 18 a 24 meses e os meninos são mais afetados pelo autismo do que as meninas. Numa proporção de uma menina para quatro meninos.

Algumas das características encontradas em uma pessoa autista, de acordo com Grandin & Scariano (1999), Gauderer (1993), Serra (2004), Martins (2007), e Gomes (2007) são: contato visual difícil sendo normalmente evitado; ecolalia (repetição de palavras ou frases); preferência em estar só; não responde as ordens verbais (atua como se fosse surdo); recusa em ouvir; incapacidade de estabelecer interações sociais com outras crianças; dependência de rotinas e resistência à mudança; pode começar a desenvolver a linguagem, mas repentinamente isso é completamente interrompido sem retorno; apresenta certos gestos imotivados como balançar as mãos ou balançar-se; fazem movimentos repetitivos; cheira ou lambe os brinquedos; resiste à mudança de rotina; demonstra desigualdade em habilidades motoras; limitação da variabilidade de comportamentos, de modo que as pessoas com autismo não podem fazer muitas coisas; auto-agressão; isolamento social.

Vale ressaltar que cada autista tem suas características e limitações próprias, ou seja, um autista dificilmente se comportará igual a outro autista.

O que os documentos legais dizem a respeito da inclusão?

Há, tanto na legislação brasileira quanto na legislação internacional, vários documentos, decretos, leis, conferências, declarações que versam sobre a inclusão e a educação especial. Para esclarecer o que se entende por inclusão será feito o uso das palavras de Carvalho (2004 apud Silva, 2007), a qual afirma:

Por inclusão estou me referindo ao acesso, ingresso e permanência desses alunos em nossas escolas como aprendizes de sucesso e não como números de matrícula ou como mais um na sala de aula do ensino regular. Estou me referindo à sua presença integrada com os demais colegas participando e vivendo a experiência de pertencer, isto é, estar no palco, sem ser herói ou vilão (CARVALHO, 2004 apud SILVA, 2007, p.122).

Dessa forma, a mera matrícula de um aluno com necessidades especiais na escola regular não é suficiente para se dizer que ele está incluso, é necessário garantir sua permanência e desenvolvimento de suas habilidades no espaço escolar.

Uma definição para educação especial está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9.394/96, em vigência, a qual dedica o Capítulo V à educação especial e em seu artigo 58 encontra-se que:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade da educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, deve ser constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, Art. 58).

Em outras palavras, educação especial é a educação fornecida aos alunos portadores de alguma deficiência e o termo ‘preferencialmente’ escrito na LDBEN não deixa claro que a educação especial se dá necessariamente em classes regulares de ensino, dessa forma torna-se possível se ter a educação especial fora da rede regular de ensino, por exemplo, em classes especiais ou até mesmo em escolas especializadas.

Para complementar as ações da educação especial, tem-se no artigo 24 do Decreto nº 3.298/99 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, que a oferta da educação especial deve ser gratuita e obrigatória nos estabelecimentos públicos de ensino e que todo aluno com necessidades especiais têm direito aos mesmos benefícios concedidos aos demais alunos, como transporte escolar, merenda escolar e bolsa de estudos, ou seja, que eles não tenham tratamento diferenciado dos demais colegas devido a sua deficiência. E pelo fato da pessoa com deficiência ter os mesmos direitos que outras pessoas é que a educação especial deve ser fornecida, pois há documentos legais que garantem o acesso à escola a qualquer pessoa, como é o caso da Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 8.069 de 1990 que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em ambos os documentos, é garantido a toda criança e adolescente o “direito à educação visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, Art. 205; BRASIL, 1990, Cap. IV, Art.53).

É perceptível que a educação regular, em todos os níveis de ensino, não é um privilégio só de alguns, e sim direito de todo cidadão, inclusive daqueles portadores de alguma necessidade especial. É dada uma ênfase maior à educação básica, principalmente ao ensino fundamental, pois é o segmento que possui o maior número de matrículas de alunos com deficiências.

Dessa forma, para dar suporte ao aluno deficiente e promover um avanço no seu desenvolvimento “é dever do estado assegurar atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, Art.208, Inc. III; BRASIL, 1990, Cap. IV, Art. 54, Inc. III). E de acordo com o Decreto nº 6571 de 2008, esse Atendimento Educacional Especializado (AEE) é definido como “conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular” (BRASIL, 2008, Art. 1, Parágrafo 1), ou seja, o AEE é, então, um reforço para o ensino regular e não seu substituto.

Portanto, é possível notar uma concordância das leis brasileiras com o movimento de se ter uma educação acessível a todas as pessoas, inclusive aquelas que apresentam alguma deficiência. É necessário, para que de fato isso ocorra, que a escola e os profissionais da escola estejam preparados para lidar com as diferenças e que o sistema educacional, em geral, se adéque para receber e atender a todos os alunos, sem nenhuma restrição.

Com a legislação brasileira apoiando e dando suporte para os alunos deficientes terem acesso a uma educação regular de qualidade, observa-se que o nº. de matrículas de deficientes em classes regulares tem aumentado no decorrer dos últimos anos se comparado com as matrículas realizadas em classes especiais. Por exemplo, no ano de 1999, foram realizadas 374.699 matrículas, em nível nacional, na educação especial e transcorridos dez anos (2009), este nº. subiu para 637.242, conferindo um aumento em torno de 70%.

Das 374.699 matrículas realizadas, em 1999, 311.354 destas foram feitas em escolas exclusivamente especializadas e/ou classes especiais e as demais, 63.345, em escolas regulares e/ou classes comuns. Já em 2009, do total de 637.242 matrículas, 250.908 foram realizadas em escolas exclusivamente especializadas e/ou classes especiais e as demais, 386.334, em escolas regulares e/ou classes comuns. Então, de 1999 para 2009 o nº. de matrículas em escolas especializadas e/ou classes especiais diminuiu, pois em 1999 esse nº. correspondia cerca de 83% do total de matrículas e já em 2009 ele caiu para aproximadamente 40%. Por outro lado, o nº. de matrículas em escolas regulares e/ou classes comuns aumentou, pois em 1999 esse nº. correspondia cerca de 17% do total de matrículas e já em 2009 ele subiu para aproximadamente 60%. Logo o nº. de matrículas de alunos com necessidades especiais em classes regulares tem se tornado superior ao de classes especiais, com o decorrer dos anos.

Metodologia

Nesta pesquisa será analisada a inclusão de um aluno autista no ensino regular e o instrumento utilizado para realizá-la será o estudo de caso de Bogdan & Biklen (1994) e Flick (2009). Para este estudo foi feito inicialmente um contato com a mãe do Teo, pois é ela quem o acompanha até a escola todo dia, já que o pai dele sai para trabalhar, para explicar-lhe os objetivos da pesquisa. A mãe do Teo repassou as informações para seu marido e ambos concordaram e assinaram o termo de consentimento da pesquisa, pois para eles, esse trabalho é um meio para obter mais informações sobre o autismo, como lidar com suas características e comportamentos.

Foi feita uma entrevista semi-estruturada com a mãe do Teo, na própria residência dela em um horário em que ele não estava em casa, pois a mãe justificou-se dizendo que não gostava de falar do filho na presença dele. Apesar de o Teo ter um pai cujo relacionamento com o filho é bom, segundo a mãe, ele não participou da entrevista por estar trabalhando e também por se sentir um pouco tímido. Nessa entrevista foram abordados os seguintes temas: a infância do Teo, sua entrada na escola, as mudanças ocorridas na fase escolar, o contato com as outras pessoas e sua comunicação com as mesmas. A entrevista foi filmada e posteriormente transcrita para uma melhor análise das informações.

A pesquisadora acompanhou duas idas do Teo à APAE e observou as atividades desenvolvidas nesse ambiente e como se dava a participação do Teo nas mesmas. Nessa instituição, ela também teve oportunidade de conversar com alguns profissionais responsáveis pelo trabalho com o Teo, com o intuito de conhecer as atividades desenvolvidas com o mesmo e os progressos obtidos por parte dele desde 2001, ano em que ele começou a frequentar a APAE.

Concomitante a essas pesquisas e conversas, foi repassado aos professores das disciplinas de Artes, Educação Física e Informática um questionário indagando sobre como o Teo se comporta em suas aulas. A escolha por essas disciplinas foi feita com base no fato delas serem disciplinas mais livres de um conteúdo maçante que exija muito do adolescente pesquisado.

Além dessas tarefas, a pesquisadora, enquanto professora do Teo, manteve-se atenta a todos os comportamentos e mudanças ocorridas com ele não só durante suas aulas, mas em todo o ambiente escolar. E, por se manter atenta aos fatos ocorridos em sala é que a pesquisadora viu a necessidade de elaborar um questionário a partir de uma discussão com os alunos da turma do Teo a respeito da inclusão. Ela elaborou o '*questionário infantil*' e o aplicou aos demais alunos da turma, totalizando 23 questionários.

Refletindo sobre os dados coletados

A seguir serão apresentados os principais resultados da pesquisa. No tópico de 'Pesquisa de campo' serão abordadas a entrevista com a mãe do Teo e a visita à APAE, enquanto que no tópico 'Questionários' serão explicitados os resultados dos dois questionários aplicados no ambiente escolar.

Pesquisa de campo

Na entrevista semi-estruturada e conversas informais realizadas com a mãe do Teo, ficou-se sabendo que a entrada do Teo na escola se deu aos 5 anos de idade em uma escola pública da rede municipal da cidade de Juiz de Fora (MG), na qual permanece até hoje, aos 15 anos. A mãe comentou que quando foi procurar vaga para o Teo nesta escola, a direção e a coordenação não tiveram dificuldades para aceitá-lo e logo que começou a estudar, sugeriram a ela procurar tratamento com um fonoaudiólogo e psicólogo para o filho. O que ela só conseguiu na APAE, três anos mais tarde.

Na APAE as atividades desenvolvidas com o Teo são: ludoterapia (na área de psicologia), psicomotricidade, terapia ocupacional e hidroterapia. Conversando com os profissionais desta instituição que atendem o Teo, todos afirmaram mudanças positivas desde sua entrada na APAE. Está mais sociável, mais calmo, mais participativo nas atividades propostas e obedece melhor às regras. As atividades desenvolvidas com o Teo são com apoio de materiais concretos, pois fazer uso da abstração é difícil para ele, segundo estes profissionais.

Já no ambiente escolar, a mãe do Teo relata que antes dele entrar na escola ele era mais calado, mais tímido e até muito nervoso, mas depois que entrou na escola ele foi ficando mais calmo, mais esperto, e se interessando por outras atividades, até mesmo em se comunicar com as pessoas. Ela comentou também que antes de entrar na escola ele não tinha conhecimento nenhum, não sabia identificar nada, nem o nome do irmão, nem o nome dele e foi na escola que aprendeu a identificar seu nome e demais objetos.

Quando questionada se era válido ou não a inclusão de pessoas com necessidades especiais em classes regulares, ela disse que concorda e que a inclusão também traz benefícios para os colegas dele, uma vez que eles têm a oportunidade de aprenderem a conviver com a diversidade e enquanto ao Teo, ela não vê nenhum problema com a inclusão, pois os colegas e a direção respeitam suas necessidades.

Questionários

Com relação ao questionário aplicado aos professores de Artes, Educação física e Informática, apenas um deles, a professora de Artes, que não tinha em sua experiência de docência lecionado para alunos com necessidades especiais. Quando questionados sobre as atividades desenvolvidas com o Teo, os três professores relataram que elas eram realizadas com a ajuda dos colegas ou do próprio professor.

O professor de Educação Física respondeu que as atividades são atividades lúdicas de coordenação motora (relacionada a movimentos), a professora de Artes colocou que também trabalha com a coordenação motora e visual, porém através de desenhos e colagens e a de Informática desenvolve com o Teo atividades de pintar, digitar e alguns jogos.

Os três professores ressaltaram que respeitando o interesse e a limitação do aluno é possível que ele execute, a seu modo, as atividades propostas. Quanto ao relacionamento do Teo com o professor e demais alunos, os professores se posicionaram da seguinte forma:

- O relacionamento tanto com a turma, quanto comigo, é amigável e a turma o respeita e nunca discrimina sua participação, quando aleatoriamente ele participa em conjunto com todos os alunos (Professor de Educação física).
- O aluno em questão é quieto, dócil, carinhoso, calmo, de fácil convívio, apresentando características próprias do autista, que é viver em seu próprio mundo, sem interagir com os colegas, mas receptivo quando procurado (Professora de Artes).
- O aluno é amável com seus colegas e comigo. Às vezes, não responde aos estímulos externos (Professora de Informática).

Nota-se dessa forma, um relacionamento amigável com os alunos e professores, porém no *'questionário infantil'*, os colegas, em sua maioria, se mostrou contrários a inclusão do Teo em classes regulares. Dos 23 questionários, 15 alunos responderam que o Teo deveria estar matriculado em uma classe especial. As explicações são variadas: que na escola regular, na qual o Teo está matriculado, tem muito barulho o que é ruim para ele, enquanto que na escola especial existem pessoas para ajudá-lo, que vão dar mais atenção a ele, que ele vai aprender mais do que na escola regular, que na escola especial as pessoas sabem como lidar com ele.

Ao todo, 19 alunos estudam com o Teo há dois anos ou mais, e os demais há um ano. E dentre os 23 alunos somente 6 sabiam qual o nome da deficiência que o Teo tem, mas isso não significa que eles saibam, de fato, o que é autismo; 5 responderam que sabia qual era a deficiência, mas não lembravam o nome; 10 disseram que não sabia qual era a deficiência e 2

colocaram que sabiam a deficiência, mas responderam errado, um escreveu que ‘ele fica muito irritado dentro de sala’ e outro colocou ‘cabeça’. Como uma escola pretende fazer ‘inclusão’ se os próprios colegas de sala não têm conhecimento da deficiência que o colega possui? Como poderão ajudar o colega com necessidades especiais se desconhecem suas limitações e dificuldades?

Os professores, muitas vezes, por estarem desinformados e inexperientes sentem dificuldades em se trabalhar com o Teo, e alguns deles não conseguem realizar as atividades propostas com o Teo em todas as aulas. Este fato foi comprovado no questionário dos alunos quando indagados se “*Todos os professores conseguem realizar atividades com o Teo durante as aulas ou, às vezes, ele fica sem fazer nada?*”, a maioria dos alunos (13 alunos) respondeu que ‘nem todos professores dão atividades para o Teo’ ou que ‘ele, às vezes, fica sem fazer nada’, 5 alunos responderam que ‘todos professores ajudam como podem’, 3 deixaram em branco e 2 responderam apenas ‘sim’ ou ‘não’.

Na escola é lugar de aprender, de se desenvolver, de ninguém ficar parado como pode, então, um aluno ficar sem fazer nada durante as aulas? Que aprendizagem e desenvolvimento este aluno terá, ainda mais considerando suas dificuldades e limitações provenientes da deficiência? Que inclusão é esta em que parece não haver um tratamento adequado para com o aluno com necessidades especiais? Neste ponto faz-se necessário repensar se a experiência vivenciada pela pesquisadora é inclusão mesmo ou se é a integração, pois para integrar um aluno com necessidades especiais basta inseri-lo em uma escola comum para que ele venha a ter contato com um sistema escolar, seja na classe regular seja na classe especial.

Considerações finais

Não é intuito desta pesquisa finalizar o estudo sobre a inclusão de autistas em classes comuns do ensino regular, uma vez que foi realizada na mesma, um estudo de caso na cidade de Juiz de Fora, novas pesquisas realizadas em outras regiões podem chegar a outros resultados, diferentes dos apresentados por esta pesquisa. Existem vários caminhos a percorrer ainda sobre o tema inclusão, mas esta pesquisa se constitui em um deles. Espera-se que o presente estudo seja fonte de inspiração para outras pessoas que se dedicam ao estudo da educação especial ou que é educador de um aluno especial.

A proposta de inclusão tal como foi abordada na pesquisa tem seus aspectos positivos, mas infelizmente há também os negativos. Erroneamente, muitos professores e outros profissionais pensam que para praticar a inclusão basta colocar o aluno com necessidades especiais matriculado em uma classe regular, porém a inclusão vai muito além de uma inclusão social. É necessário que na inclusão o aluno especial se desenvolva, que ele aprenda, como os demais alunos, salvo suas limitações.

Dessa forma, acredita-se que para o Teo, há sim ganhos na inclusão como a própria mãe dele relatou, mas há também perdas como no caso da aprendizagem que fica prejudicada. O que se percebe, segundo o relato da mãe do Teo, é que os benefícios trazidos pela a inclusão são mais visíveis na educação infantil quando se tem apenas um professor, o qual tem cerca de 4 horas para desenvolver as atividades com os alunos, e possui maior facilidade de adaptação de material.

Quando ingressam no ensino fundamental, a rotina muda completamente: os alunos passam a ter vários professores de diversas disciplinas, cada um com sua cultura, com sua forma

de lecionar, e com apenas 50 minutos para ensinar seu conteúdo. Os alunos, em grande parte, frente a estas mudanças, apresentam alterações no comportamento e no comprometimento com os estudos. Para os autistas que possuem certa resistência à quebra de rotinas, a troca da educação infantil para o ensino fundamental, é mais complicada.

Percebe-se que tal como vem sendo incluído nesta escola, o Teo não tem tido tanto progressos quanto poderia ter, caso houvesse maior comprometimento por parte da escola, professores e alunos com a inclusão. Ter o aluno com necessidades especiais 'incluído' numa sala de aula regular, mas não desenvolver atividades com ele, não fazer com que ele tenha avanços acaba-se tornando uma prática excludente.

Não se pode deixar de levar em conta os benefícios trazidos por esta inclusão, mas em âmbito geral, acredita-se que o Teo pudesse se desenvolver mais nas classes especiais, nas quais o número de alunos é reduzido e há profissionais habilitados para tal tarefa.

Para as classes regulares, com elevado número de alunos, o ideal seria ter um monitor, ou outro professor, enfim, alguém que pudesse dividir a responsabilidade de educar junto com o professor da turma. Portanto, os pais e/ou responsáveis devem buscar uma escola na qual favoreça o desenvolvimento do aluno com necessidades especiais, seja ela especial ou regular.

Bibliografia e referências

- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12716&Itemid=863.
- _____. (1990). *Lei N° 8069*, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12716&Itemid=863.
- _____. (1996). *Lei N° 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm.
- _____. (1999) *Decreto N° 3.298*, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n° 7.853, de 24 de outubro de 1989. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/D3298.htm>.
- _____. (2008). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>.
- _____. (2008). *Decreto N° 6571*, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm.
- Bogdan, R. C.; Biklen, S.K. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Porto Editora.
- Camargo, S. P. H. (2007). *Competência social, inclusão escolar e autismo: Um estudo de caso comparativo*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio grande do Sul, Rio grande do Sul. Disponível em: <http://www.msmedia.com/pospsico/producao2.asp?orientador=Cleonice%20Bosa>.
- Flick, Uwe (org.).(2009).*Coleção Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Gauderer, E. C.(1993). *Autismo*. [S.I]: Atheneu.

- Giardinetto, A. R. dos S. B. (2009). *Educação do aluno com autismo: Um estudo circunstanciado da experiência escolar inclusiva e as contribuições do currículo funcional natural*. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/giardinetto_arsb_do_mar.pdf.
- Gomes, C. G. S. (2007). *Desempenhos emergentes na aquisição de leitura funcional de crianças com autismo*. Dissertação de Mestrado em Educação Especial, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: http://200.136.241.56/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2128.
- Grandin, T.; Scariano, M. M. (1999). *Uma menina estranha: Autobiografia de uma autista* (2ª ed.). São Paulo: Cia. das Letras.
- Lago, M. (2007) *Autismo na escola: Ação e reflexão do professor*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13077>.
- Mantoan, M. T. E (2006). *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* (2ª ed.). São Paulo: Moderna.
- Martins, M. R. R. (2007). *Inclusão de alunos autistas no ensino regular: Concepções e práticas pedagógicas de professores regentes*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Católica de Brasília. Brasília. Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/?p=10164>.
- Serra, D. C. G. (2004). *A inclusão de uma criança com autismo na escola regular: Desafios e processos*. Dissertação de Mestrado em Educação, Centro de Ciências e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/DISSERTAO%20Dayse%20Carla%20G.%20Serra.pdf.
- Silva, K. F. W. da. (2007). *Inclusão escolar de alunos com deficiência mental: Possíveis causas do insucesso*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17040>.